

Turismo acessível em áreas naturais: Educação ambiental e inclusiva

Accessible tourism in natural areas: Environmental and inclusive education

ELISABETE HULGADO HOLANDA * [elisabete.hulgado@icmbio.gov.br]

CÉLIA MARIA CERANTOLA DE MATTOS ** [cel.eng.mattos@uol.com.br]

BEATRIZ NASCIMENTO GOMES *** [beatriz.gomes@icmbio.gov.br]

Resumo | Por apresentar um amplo conjunto de áreas naturais, o Brasil possui grande potencial para fortalecer o turismo de natureza no país, sendo muitas dessas áreas protegidas legalmente em Unidades de Conservação (UC), das quais são exemplos os parques nacionais. O turismo nesses territórios desenvolve a apropriação da UC pela sociedade, movimenta a economia e promove a geração de empregos e de fontes alternativas de rendimentos para as populações locais, além de funcionar como uma ferramenta de sensibilização da sociedade, através da educação ambiental sobre a importância da conservação da biodiversidade. A educação inclusiva, seja ela formal ou não formal, é um dos grandes desafios da sociedade contemporânea, como indica o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 4, relacionado à educação inclusiva, equitativa e de qualidade. A necessidade de inclusão estende-se às propostas de educação não formal, entre elas as atividades de visitação com objetivos educacionais oferecidas em áreas naturais. Este artigo apresenta os resultados quantitativos de um estudo em andamento desenvolvido no Parque Nacional do Itatiaia, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, com foco nas ações empregadas para promover o turismo acessível, em especial a implantação do jardim sensorial e de adaptações numa exposição interpretativa, cuja finalidade é proporcionar experiências que despertem os sentidos e motivem a compreensão do Parque e da natureza.

Palavras-chave | Turismo acessível, autonomia, inclusão, educação, turismo de natureza

Abstract | Brazil has a wide range of natural areas, many of which are legally protected areas (PA), like national parks, what gives the country great potential to strengthen nature-based tourism. Tourism in these territories leads to the appropriation of PA by society, moves the economy and promotes the

* **Analista Ambiental** do ICMBio e **Pós-Graduada em Educação Ambiental** pela Universidade de São Paulo, Brasil

** **Coordenadora** da Câmara Temática de Educação Ambiental do Conselho Consultivo do Parque Nacional do Itatiaia (PNI) e **Pós-Graduada em Didática do Magistério Superior** pela Associação Educacional Dom Bosco, Brasil

*** **Analista Ambiental** do ICMBio e **Mestre em Gestão e Planejamento em Turismo** pela Universidade de Aveiro, Portugal

generation of jobs and alternative sources of income for local populations, in addition to functioning as a tool to raise awareness on the importance of biodiversity conservation, through environmental education. Inclusive education, whether formal or non-formal, is one of the great challenges of contemporary society, as indicated by Sustainable Development Objective number 4, related to inclusive, equitable and quality education. The need for inclusion extends to non-formal education proposals, including tourism activities with educational objectives offered in protected areas. This article presents the quantitative results of an ongoing study in Itatiaia National Park, State of Rio de Janeiro, Brazil, focused on the actions to promote accessible tourism, especially the implementation of the sensorial garden and adaptations in its interpretative exhibition, which aims to provide experiences that awaken the senses and motivate the understanding of the Park and nature

Keywords | Accessible tourism, autonomy, inclusion, education, nature-based tourism

1. Introdução

O Brasil possui um Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) que abrange doze tipologias de áreas protegidas, dentre as quais os parques nacionais. Estes devem possibilitar “a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico” (Lei Nº 9.985/2000 de 18 de Julho Da Presidência Da República, 2000). A União Internacional para Conservação da Natureza, órgão internacional de referência para assuntos relacionados à proteção da biodiversidade, destaca a importância da atividade turística, adequadamente planejada e gerida, para o alcance dos objetivos das áreas protegidas, com ênfase no potencial de sensibilização que uma experiência turística de qualidade pode proporcionar (Leung et al., 2019).

O Parque Nacional do Itatiaia (PNI), Unidade de Conservação Federal administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), uma instituição vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, é um dos 74 parques nacionais brasileiros, tendo sido o primeiro criado no país, em 1937 (ICMBio, n.d.). Está localizado em região de relevo montanhoso dos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, na divisa

com o Estado de São Paulo, sendo os três Estados mais populosos do país (IBGE, 2019). Esse parque, que recebeu 127.432 visitantes em 2019, é de fácil acesso e possui boa infraestrutura para visitação, com Centro de Visitantes, trilhas sinalizadas, áreas de campismo e abrigos de montanha, oferece atividades guiadas para diferentes níveis de ensino e dispõe de um programa de voluntariado estruturado (ICMBio, 2020). Desde 2017, em consonância com diretrizes nacionais e internacionais relativas ao turismo social e inclusivo, o PNI vem buscando oferecer melhores condições de acesso aos visitantes com deficiência, desejosos de ter um contato mais próximo a experiências sensoriais em ambientes naturais. Visando proporcionar uma educação ambiental inclusiva e melhorar a qualidade da experiência dos visitantes com deficiências visuais e auditivas, foram implantados um jardim sensorial e adaptações à exposição existente no Centro de Visitantes, com a inserção de vídeos com audiodescrição e Libras (Língua Brasileira de Sinais). O uso de ferramentas de acessibilidade e inclusão, oportuniza às pessoas com deficiência acessar os atrativos naturais e culturais da Unidade de Conservação, com autonomia e, assim, ampliar seu repertório imagético, favorecendo a transposição do tangível ao intangível, o que tornará sua experiência mais prazerosa e significativa. E ainda, como destacam Devile et al.

(2012), numa referência a espaços museológicos em Portugal que entendemos adequar-se à experiência aqui mostrada, “ao criar soluções diferenciadas para os referidos públicos com deficiência [...] estes espaços tornam-se lúdico-pedagógicos e apetecíveis a visitantes de todas as idades e condições” (Devile et al., 2012, pp. 1413–1414). O presente artigo apresenta os resultados quantitativos de um estudo em andamento, que tem como objetivo avaliar o alcance das medidas empregadas pelo PNI na promoção do turismo acessível e inclusivo.

Ao longo deste texto utilizar-se-á o termo “visitantes” para designar as pessoas que procuram o parque nacional para atividades turísticas, independentemente de sua motivação ou tempo de permanência na região, não sendo, portanto, feita a distinção entre “excursionistas” e “turistas”. Esta opção também visa manter a coerência com as normas do ICMBio, que adotam os termos “visitação” e “visitantes” como padrão nas unidades de conservação federais (Instrução Normativa N° 5/2018 de 01 de Junho Do Instituto Chico Mendes de Conservação Da Biodiversidade, 2018).

2. Contextualização teórica

A definição de turismo acessível ainda é objeto de debates, visto que se trata de um tema relativamente recente. Para a Organização Mundial do Turismo (OMT), o conceito evoluiu da simples adaptação de estruturas e atividades, visando possibilitar a participação de pessoas com deficiências, para a oferta de um turismo de qualidade para todos, no qual a acessibilidade é um dos componentes da qualidade (World Tourism Organization, 2016, p. 19).

O “Turismo para Todos” (*Tourism for All*) proposto pela OMT baseia-se nos princípios da acessibilidade, sustentabilidade e inclusão social (World Tourism Organization, 2016) temas esses próprios

da sociedade contemporânea, que, segundo Beck, Giddens e Lash (1995, p. 22), caracteriza-se como uma “sociedade pós-tradicional”, baseada nos princípios de abandono à rigidez de ideias, atitudes e comportamentos, considerada, em um passado recente, como componente básico da “sociedade tradicional”. Na atualidade, a autonomia física, cultural e comunicacional, inclusão social, riscos, incertezas e os permanentes conflitos, se apresentam como condição humana de sobrevivência, numa sociedade caracterizada, sobretudo, por constantes mudanças (Beck et al., 1995). Mais do que um setor econômico em constante crescimento, o turismo moderno é um fenômeno social importante e, como colocam Devile e Kastenholz (2018, p. 267), o turismo acessível, enquanto veículo de inclusão de pessoas deficientes, pode gerar benefícios tanto no nível individual, como familiar e, ainda, de forma mais ampla na sociedade, uma vez que pode promover o bem estar e aumentar o capital social desses grupos, estimulando-os a participar ativamente na comunidade onde se inserem.

Proporcionar acessibilidade multidimensional deve, então, ser um objetivo de gestão dos espaços turísticos. Alves et al. (2020), numa investigação sobre constrangimentos à prática de atividades turísticas encontrados por pessoas com necessidades específicas, entre as quais, pessoas com deficiência, identificaram como mais relevantes questões econômicas e de informação. Em estudo realizado com deficientes visuais, Devile e Kastenholz (2018) observaram que a principal limitação à participação desse público relaciona-se a fatores estruturais, em especial a falta de serviços turísticos adequados e de sensibilidade e conhecimento do setor turístico a respeito das necessidades desses visitantes, embora se verifique, em muitos casos, constrangimentos causados pelo descumprimento da legislação. No que concerne às especificidades do público estudado, as autoras destacam a natureza dinâmica e interativa da participação nas atividades turísticas (Devile & Kastenholz, 2018, p. 281) o que remete ao tema da cocriação de experiên-

cias. Conforme o modelo conceitual proposto por Minkiewicz, Evans e Bridson (2014, p. 49) a participação ativa e a interação física são os elementos que compõem a coprodução, uma das dimensões da cocriação de experiências, assim como o são o engajamento e a personalização. Para Minkiewicz e colaboradores, as organizações precisam oferecer aos visitantes “oportunidades de participação ativa, como ferramentas sensoriais e táteis” que facilitem a coprodução da experiência (Minkiewicz et al., 2014, p. 50). Entende-se, portanto, que a oferta de atividades com ênfase em aspectos de coprodução pode atrair pessoas deficientes ou não e cumprir um papel múltiplo de entretenimento, inclusão e integração entre visitantes de diferentes perfis.

Buscando oferecer atividades de visitação inclusivas, em consonância com o modelo de sociedade pós-tradicional, as diretrizes nacionais e internacionais e a legislação brasileira, o PNI propõe uma abordagem interpretativa para a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico, voltada para a inclusão de pessoas com deficiência, com o propósito de conquista de autonomia e que resulte em uma experiência enriquecedora. Ou seja, promovendo o turismo ecológico, inclusivo e de qualidade, seguindo as normas do Ministério brasileiro do Turismo onde o termo “acessibilidade” implica em proporcionar condições para que a pessoa com deficiência participe de atividades e utilize produtos, serviços e informações turísticas (Ministério do Turismo, 2006).

Nas últimas décadas, amplo arcabouço legal e normativo foi criado no Brasil buscando garantir os direitos de inclusão para todas as pessoas. A Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelece as normas para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, mediante supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação. Em seu 2º artigo, item IX, a citada Lei define a comunicação como forma de interação

dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os dispositivos multimídia, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados (Lei Nº 10.098/2000, de 19 de Dezembro Da Presidência Da República, 2000). São elementos essenciais do conceito de acessibilidade neste contexto, a utilização dos espaços e edificações com segurança e a autonomia por qualquer pessoa, inclusive aquelas com mobilidade reduzida, conforme proposto na Norma Brasileira 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos (ABNT, 2004).

Adicionalmente à legislação e às normas técnicas pertinentes, a proposta de inclusão do PNI considera aspectos sobre a acessibilidade cultural, que se refere não apenas àqueles físicos e comunicacionais, mas também às atividades oferecidas:

[...] a acessibilidade nos espaços culturais pressupõe que as exposições, espetáculos, acervos, apresentações artísticas, cursos, oficinas, espaços de convivência e todos os demais serviços básicos e eventuais oferecidos, devem estar ao alcance de todos os indivíduos, perceptíveis a todas as formas de comunicação e com sua utilização de forma clara, permitindo o conforto, a segurança e a autonomia dos usuários (Sarraf, 2016, p. 20)

Com a finalidade oferecer atrativos e experiências acessíveis, que despertem os sentidos, com motivação à construção de conhecimentos relacionados à natureza, à biodiversidade e à consciência ambiental, o PNI promoveu a implantação de um jardim sensorial e de elementos comunicacionais acessíveis na exposição interpretativa do Centro de Visitantes. Com essas medidas, a equipe do

parque pretende evidenciar a condição que o turismo inclusivo em áreas naturais tem de ser não apenas uma hipótese, ou um prognóstico, mas de assumir uma função prospetiva de projeção para o futuro, apoiado nos três pilares do Turismo para Todos: acessibilidade, sustentabilidade e inclusão social (World Tourism Organization, 2016).

O turismo é associado, geralmente, ao lazer, à diversão, ao esporte e ao acesso à cultura e à natureza, podendo ser considerado como um setor que promove a educação e desenvolvimento individual e coletivo, ao possibilitar o contato do turista com diferentes atividades, territórios, tradições e culturas (Goeldner, 2009). Nesta visão, os jardins sensoriais oferecem uma oportunidade interessante para as áreas naturais, pois, de acordo com Borges e Paiva (2009), constituem em espaços não formais de ensino, onde o indivíduo pode desenvolver um processo de aprendizagem agradável, do qual participa ativamente. A experiência cocriada, multissensorial, estimula a curiosidade, fator imprescindível ao ato de aprender. No jardim sensorial do PNI é possível ao visitante, de maneira independente, autônoma e segura, explorar o sistema sensorial humano por meio da percepção de cores e formas (visão), texturas (tato), odores (olfato) e sons (audição). O objetivo da proposta é possibilitar a conexão do público com a natureza através do estímulo da observação, da ação e da reflexão para proteção dos recursos naturais da unidade de conservação. Dinâmicas de educação pela natureza são desenvolvidas em visitas guiadas e eventos especiais, para proporcionar a vivência da importância dos serviços que a natureza nos presta, como a reserva da vida e a produção de água, por exemplo.

Assim sendo, a adequação da oferta turística em parques nacionais à acessibilidade universal representa o entendimento dos impactos sociais e ambientais de uma instituição pública sobre seus pretensos frequentadores. A adoção de modelos, programas, projetos, práticas e ações adequados permitem garantir e potencializar o equilíbrio en-

tre a conservação da natureza e a satisfação dos visitantes, independentemente de limitações físicas e/ou intelectuais. Contudo, a evolução de sua adoção e aplicação em unidades de conservação, necessariamente deve considerar o conceito de interpretação ambiental, que implica na geração e proteção de valor tangível e intangível (ICMBio, 2018). A concepção de tangível se contrapõe com a de intangível, ou seja, uma percepção subjetiva ou sensação que nos conecta de maneira muitas vezes agradável, durante uma experiência de visita a um parque. Assim sendo, a equipe do PNI fundamenta suas ações nos elementos intangíveis, buscando o encantamento de nossos visitantes e a cocriação de experiências prazerosas e marcantes em sua visita ao parque.

3. Metodologia

No âmbito deste estudo é analisada a adesão do público à oferta de turismo acessível existente nas áreas externa e interna do Centro de Visitantes do PNI. Os resultados apresentados inserem-se em uma investigação mais ampla, do tipo exploratório-descritiva, a qual, por ser um tipo de pesquisa muito específica, quase sempre assume a forma de um estudo de caso. Caracteriza-se, ainda, por ser uma pesquisa-participante, uma vez que as duas principais autoras estão envolvidas ativamente na gestão das atividades analisadas (Gil, 2008). O presente estudo utiliza dados secundários obtidos junto ao programa de monitoramento da visita realizado pela equipe do PNI, e desenvolve-se em três etapas. Inicia-se pela revisão de literatura nos temas da acessibilidade de forma ampla, do turismo acessível e da educação inclusiva. Foram consultados, adicionalmente, documentos legais, normativos e programas de governo relativos à inclusão de pessoa com deficiência no turismo no Brasil e manuais e diretrizes para o turismo acessível estabelecidos pela OMT. A segunda etapa

consistiu no levantamento de informações quantitativas relacionadas ao público que participou de visitas guiadas e em eventos relacionados à acessibilidade no período de 2017, ano em que foi implantado o jardim sensorial, a 2019. A análise dos dados e discussão dos resultados corresponde à terceira e última fase.

3.1 Descrição do objeto de estudo

As propostas de novas atividades e de adaptações na exposição interpretativa instalada no Centro de Visitantes do PNI, visando atender o público com deficiência, foram planejadas com base em extensa pesquisa bibliográfica e documental (legislação, normas técnicas e diretrizes institucionais). Em seguida houve pesquisa de campo, com a apresentação e a experimentação de elementos acessíveis a serem implementados na UC através da realização de atividades-piloto com o público-alvo identificado e de visitas às instituições da região do PNI que atendem crianças, jovens e adultos com deficiências. Após a adequação e validação das propostas, foram efetuadas as adequações das estruturas físicas para atendimento ao público com deficiência, compreendendo a implantação do jardim sensorial, em 2017, e de adaptações nos elementos expositivos existentes no Centro de Visitantes, em 2019. As visitas guiadas oferecidas no programa de educação ambiental incorporaram os novos recursos acessíveis à medida em que foram disponibilizados ao público.

As atividades de exploração do jardim sensorial e vivências interpretativas na exposição no Centro de Visitantes do PNI são realizadas durante o ano letivo com escolas de educação básica e especial dos municípios do entorno do parque nacional, envolvendo alunos de instituições públicas e privadas e também o público visitante em geral. Desde 2017, o parque promove anualmente a Semana da Acessibilidade, evento dirigido especialmente às pessoas com deficiência em que são

realizadas visitas guiadas nas atrações acessíveis. As entidades que trabalham especificamente com esse público são formalmente convidadas a participar.

No jardim sensorial, localizado na área externa do Centro de Visitantes, são realizadas atividades de percepção sensorial orientadas por um facilitador. Descalços e de olhos vendados (quando for necessário e não for contraindicado), os participantes realizam um percurso interpretativo de 85 metros de extensão, que passa por uma sequência de vários tipos de solo, com pedras grossas e finas, areia grossa, areia fina, musgos, folhas secas, flores e grama, onde são apresentados às árvores e aos demais tipos de vegetação do local. No trajeto, são estimulados a explorar as plantas, usando principalmente o tato e o olfato. O facilitador estimula o reconhecimento das plantas apresentadas, raízes expostas, dimensão dos troncos, texturas, declives e aclives no solo, insetos, aves, entre outros. Ao final, reflexões e relatos sobre a experiência de cada um são compartilhados ao grupo com o propósito de tornar a vivência significativa também coletivamente. Isto também permite que a equipe avalie a ferramenta e o espaço em relação aos objetivos propostos, em especial a sensibilização para preservação de áreas naturais e o exercício da cidadania. A visita ao jardim sensorial também pode ser feita o ano todo sem o acompanhamento do facilitador, por grupos organizados ou visitantes independentes, que encontram orientações tanto no início do percurso quanto no website do parque (ICMBio, n.d.).

Já as vivências experimentadas na exposição interpretativa do Centro de Visitantes, contam com elementos permanentes acessíveis para todo o público, como a audiodescrição e a tradução na Linguagem Brasileira de Sinais – Libras, de vídeos e imagens estáticas da unidade de conservação. Atividades interpretativas são propostas ao público, que interage com memórias pessoais referentes ao tema em evidência, enriquecendo a visita à unidade de conservação.

4. Resultados

A análise dos dados de visitação no PNI mostra que é pequena, porém crescente, a parcela de visitantes que participa de visitas guiadas dirigidas ao público escolar, assim como às pessoas com deficiência em eventos específicos. O quadro 1 apre-

senta uma comparação entre o número de visitantes registrados a cada ano e a quantidade destes que participou de atividades guiadas dirigidas especificamente ao público escolar e às pessoas com deficiência. Observa-se, nos dois grupos, o aumento da frequência relativa dos visitantes que participaram de atividades guiadas, no período estudado.

Quadro 1 | Relação entre o total anual de visitantes registrados no PNI e aqueles que participaram de visitas guiadas para o público escolar e com deficiência, entre 2017 e 2019

Ano	Total de visitantes	Público escolar atendido em visitas guiadas ao longo do ano		Público atendido em visitas guiadas durante a Semana de Acessibilidade*	
		Total	Percentual	Total	Percentual
2017	139.616	5.759	4,12 %	187	0,13 %
2018	124.170	7.128	5,74 %	269	0,22 %
2019	127.432	15.822	12,42 %	344	0,27 %

* O total do público atendido em visitas guiadas durante a Semana de Acessibilidade inclui as pessoas com deficiências e seus acompanhantes.

Fonte: Elaboração própria

Embora as visitas guiadas destinadas ao público escolar representem uma pequena parcela do público que visita o PNI, os resultados mostram um crescimento no total atendido, anualmente, no período estudado. Agrupados mensalmente, os da-

dos evidenciam que a procura é mais elevada nos meses de maio e junho e de agosto a dezembro, sendo registrado o maior número de visitas guiadas no mês de outubro em todos os anos avaliados (Figura 1).

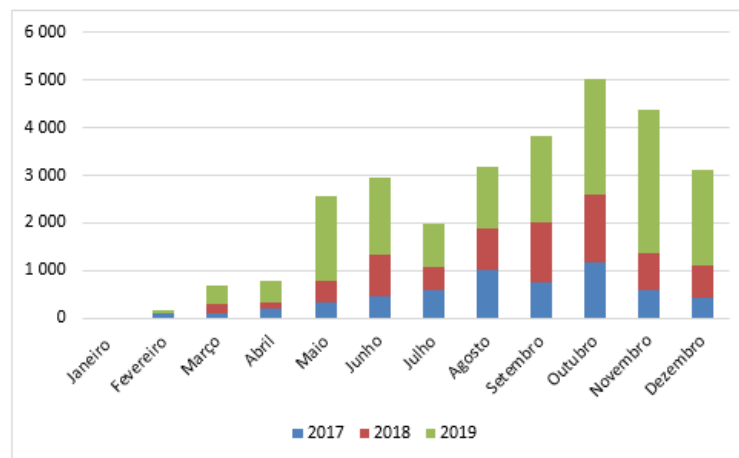


Figura 1 | Público escolar atendido mensalmente em visitas guiadas no PNI no período de 2017 a 2019

Fonte: Elaboração própria

Os dados das visitas escolares não permitem avaliar a proporção de estudantes com deficiência atendidos nestas atividades, uma vez que tal informação não foi recolhida pela equipe do parque no período avaliado. A utilização dos elementos

expositivos e equipamentos acessíveis por pessoas com deficiência pode ser mensurada pela adesão à programação da Semana de Acessibilidade, promovida pelo PNI em setembro, anualmente, desde 2017 (Figura 2). Para o evento são convidadas,

formalmente, todas as sete entidades assistenciais que atendem deficientes ou idosos na região do parque. No primeiro ano de realização, o evento recebeu 187 pessoas, sendo 151 com deficiência e 36 acompanhantes, assistidos por cinco das sete entidades convidadas. No ano seguinte, foi registrado o mesmo número de instituições, porém com participação de 269 pessoas, das quais 195 com deficiência e 74 acompanhantes. Em 2019, o público total foi de 344 pessoas, 262 com deficiência e 82

acompanhantes, com presença de todas as entidades convidadas. A figura 2 apresenta graficamente a evolução do número de participantes na Semana de Acessibilidade do PNI a cada ano do evento, sugerindo a boa aceitação das atividades propostas e um maior interesse na participação, provavelmente decorrente do passa-palavra positivo, considerando que foi empregado o mesmo esforço de divulgação em todas as edições do evento.

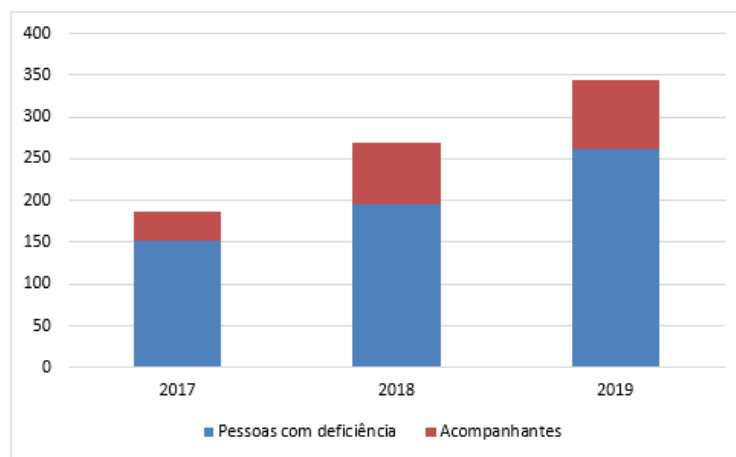


Figura 2 | Número de participantes em cada edição da Semana de Acessibilidade do PNI, separados em pessoas com deficiência e acompanhantes
Fonte: Elaboração própria

Para análise da participação por tipo de deficiência, os participantes da Semana de Acessibilidade foram agrupados em quatro categorias: mobilidade reduzida e baixa visão; surdez; cegos e baixa visão; e deficiência intelectual e motora (Figura 3). A figura 3 mostra que o grupo que mais participou no conjunto de edições do evento foi o de pessoas com deficiência intelectual e motora, seguido do de pessoas com deficiência visual (cegos e baixa visão). Este grupo mantém a presença em números relativamente estáveis em cada uma das edições, enquanto o outro tem apresentado um aumento contínuo na participação. O único grupo

que não esteve presente em todas as edições foi o de mobilidade reduzida e baixa visão, ausente no ano de 2018.

Estes resultados quantitativos oferecem subsídios para o planejamento das ações de *marketing* direcionadas para pessoas com deficiências e seus acompanhantes, principalmente com o objetivo de reduzir a sazonalidade das visitas guiadas e aumentar o aproveitamento das atividades e equipamentos acessíveis disponíveis ao público. A continuidade do estudo permitirá à equipe aprofundar as análises e oferecer experiências cada vez mais adequadas e memoráveis a todos os visitantes.

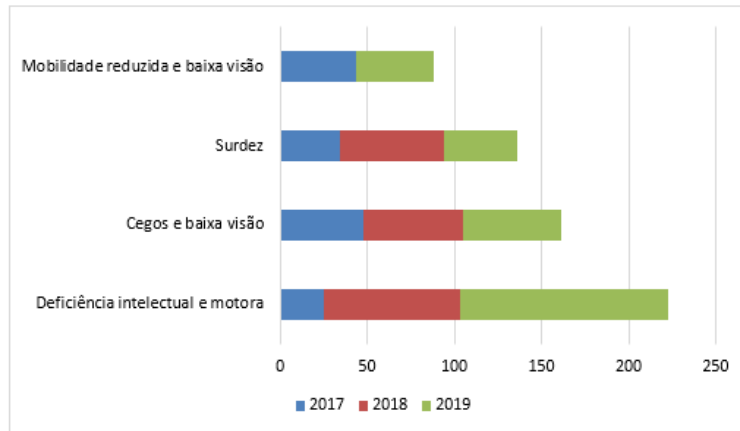


Figura 3 | Pessoas com deficiência participantes em cada edição da Semana de Acessibilidade do PNI, conforme o tipo de deficiência. Fonte: Elaboração própria

5. Conclusão

Na sociedade atual, ainda é de grande importância a desconstrução da ideia e da imagem de passividade que o senso comum atribui à pessoa com algum tipo de deficiência. As ações inclusivas têm como objetivo contribuir para que as pessoas, na totalidade sejam participativas, potencializando aptidões, ampliando seu campo de oportunidades e colocando-as em igualdade de condições no exercício da cidadania, incluindo o acesso ao lazer, aos espaços naturais e ao conhecimento, independentemente da existência de deficiências físicas e intelectuais.

Torna-se de fundamental importância fazer com que as barreiras contra a inclusão sejam quebradas e que as unidades de conservação, enquanto espaços naturais públicos protegidos, estejam em condições de atender as pessoas com deficiência que, infelizmente, ainda encontram tantos obstáculos pelo caminho. A busca pelo respeito e pela valorização da cidadania das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, com o intuito de promover os seus direitos, a equalização das oportunidades e a superação dos obstáculos sociais predominantes ao processo de inclusão.

Os resultados do presente estudo, embora limitados, oferecem elementos para a avaliação do trabalho desenvolvido no âmbito do Programa de

Acessibilidade e Inclusão do PNI. A principal limitação está na ausência de uma série histórica de dados referentes à participação de alunos com deficiências nas visitas escolares e na utilização de uma abordagem exclusivamente quantitativa, a partir da perspectiva do órgão gestor do parque nacional. Futuras investigações devem aprofundar a análise do perfil dos visitantes com deficiência, participante ou não das atividades guiadas e eventos, e incluir outras perspectivas, em especial a da pessoa com deficiência, buscando avaliar sua satisfação em relação às atividades propostas, ao atendimento recebido e às instalações existentes. Para aprimorar o processo de cocriação de experiências, é oportuno que novos estudos recolham impressões e sugestões sobre dinâmicas que podem ser realizadas em futuras edições da Semana de Acessibilidade e outros eventos e elementos interativos na exposição instalada no Centro de Visitantes.

Adicionalmente às análises quantitativas, a pesquisa-participante mais ampla, na qual se insere este estudo, permitiu identificar resultados qualitativos iniciais do processo de implantação do Programa de Acessibilidade no PNI. Destacam-se as ações realizadas que contribuem para uma maior visibilidade do turismo acessível na unidade de conservação e atraem novos parceiros. O parque ofereceu apoio logístico e técnico à realização de estudos sobre os temas da acessibilidade e da inclusão,

que resultaram em parcerias com as universidades públicas dos Estados da região do PNI, gerando uma série de ações conjuntas. Dentre estas, citam-se trabalhos de conclusão de curso de graduação, treinamentos à pessoa com deficiência para prestar atendimento ao turista no Centro de Visitantes e estabelecimento de encontros periódicos para debate e aprimoramento de ações, com participação de estudantes, pesquisadores, funcionários, voluntários e outros apoiadores. Cabe à equipe do PNI e seus parceiros dar continuidade ao importante trabalho de promoção de um turismo acessível, inclusivo e sustentável.

Agradecimentos

Às colegas que contribuíram com a elaboração deste artigo, ao ICMBio, à equipe do programa de acessibilidade do Parque Nacional do Itatiaia e aos parceiros envolvidos com a temática.

Referências

- ABNT. (2004). *Norma Brasileira ABNT NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/NBR9050.pdf
- Alves, J. P., Eusébio, C., Saraiva, L., & Teixeira, L. (2020). “Quero ir, mas tenho que ficar”: Constrangimentos às práticas turísticas do mercado de turismo acessível em Portugal. *Journal of Tourism and Development*, 34, 81–97. DOI: <https://doi.org/10.34624/rtd.v0i34.22348>
- Beck, U., Giddens, A., & Lash, S. (1995). *Modernização reflexiva* (1st ed.). Editora UNESP.
- Borges, T. A., & Paiva, S. R. (2009). Utilização do Jardim Sensorial como recurso didático. *Revista Metáfora Educacional*, 7, 27–39. http://www.valdeci.bio.br/pdf/utilizacao_do_jardim_BORGES_PAIVA.pdf
- Deville, E., Garcia, A., Carvalho, F., & Neves, J. (2012). Turismo Acessível em Portugal. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 17/18(3), 1403–1416. DOI: <https://doi.org/10.34624/rtd.v3i17/18.13191>
- Deville, E., & Kastenholz, E. (2018). Accessible tourism experiences: the voice of people with visual disabilities. *Journal of Policy Research in Tourism, Leisure and Events*, 10(3), 265–285. <https://doi.org/10.1080/19407963.2018.1470183>
- Gil, A. C. (2008). *Como elaborar projetos de pesquisa* (5th ed.). Editora Atlas.
- Goeldner, C. R. (2009). *Tourism: principles, practices, philosophies* (C. R. Goeldner & J. R. B. Ritchie (Eds.); 11th ed.). John Wiley & Sons, Inc.
- IBGE. (2019). *Panorama dos Estados brasileiros*. Cidades@. <https://cidades.ibge.gov.br/>
- ICMBio. (n.d.). *Parque Nacional do Itatiaia*. ICMBio. Retrieved August 4, 2021, from <http://www.icmbio.gov.br/parnaitatiaia/>
- ICMBio. (2018). Interpretação ambiental nas unidades de conservação federais. In A. C. Caetano, B. N. Gomes, J. da S. Jesus, L. M. Garcia, & S. T. dos Reis (Eds.), *ICMBio* (1st ed.). ICMBio. https://www.gov.br/icmbio/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/publicacoes-diversas/interpretacao_ambiental_nas_unidades_de_conservacao_federais.pdf
- ICMBio. (2020). *Portal ICMBio*. Portal Único Do Governo. <https://www.gov.br/icmbio/pt-br>
- Instrução Normativa nº 5/2018 de 01 de junho do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Pub. L. No. Diário Oficial da União: Seção 1, No 106 (2018). <http://www.in.gov.br/web/dou/-/instrucao-normativa-n-5-de-1-de-junho-de-2018-17050651>
- Lei n.º 10.098/2000, de 19 de dezembro da Presidência da República, Pub. L. No. Diário Oficial da União: Seção 1, No 244 (2000).
- Lei no 9.985/2000 de 18 de julho da Presidência da República, Pub. L. No. Diário Oficial da União: Seção 1, No 138 (2000). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm
- Leung, Y.-F., Spenceley, A., Hvenegaard, G., & Buckley, R. (Eds.). (2019). *Turismo e gestão da visitação em áreas protegidas: Diretrizes para sustentabilidade* (No. 27; Diretrizes Para Melhores Práticas Para Áreas Protegidas). IUCN. www.iucn.org/pa_guidelines
- Ministério do Turismo. (2006). *Turismo e acessibilidade: Manual de orientações*. (2nd ed.). Ministério do Turismo. http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/MI0L0_-_Turismo_e_Acessibilidade_Manual_de_Orientaxes.pdf

- Minkiewicz, J., Evans, J., & Bridson, K. (2014). How do consumers co-create their experiences? An exploration in the heritage sector. *Journal of Marketing Management*, 30(1-2), 30-59. <https://doi.org/10.1080/0267257X.2013.800899>
- Sarraf, V. P. (2016). *Acessibilidade em espaços culturais: Mediação e comunicação sensorial*. EDUC.
- World Tourism Organization. (2016). Manual on Accessible Tourism for All: Principles, Tools and Best Practices: Module I: Accessible Tourism – Definition and Context. In *Manual on Accessible Tourism for All: Principles, Tools and Best Practices: Module I: Accessible Tourism – Definition and Context*. UNWTO. <https://doi.org/10.18111/9789284418091>